

O CAPITAL COMO INTEGRAL DAS FORMAÇÕES DE PODER

O capital não é uma categoria abstrata, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas. Sua função é assumir o registro, a regulagem, a sobrecodificação: 1) das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, 2) das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta.¹ Encontramos, sob múltiplas formas, sistemas de capitalização dos poderes nas sociedades mais arcaicas (capital de prestígio, capital de potência mágica, encarnando num indivíduo, numa linhagem, numa etnia). Mas parece que só no modo de produção capitalista é que se autonomizou um procedimento geral de semiotização de tal capitalização. Ela se desenvolveu segundo os dois seguintes eixos:

- uma desterritorialização dos modos locais de semiotização de poderes, que ficam, assim, sob o controle de um sistema geral de inscrição e de quantificação do poder;
- uma reterritorialização desse último sistema numa formação de poder hegemônico: a burguesia dos Estados-nação.

O capital econômico, expresso em linguagem monetária, contábil, de bolsa etc., repousa sempre, em última instância, sobre mecanismos de avaliação diferencial e dinâmica de poderes confrontando-se num terreno concreto. Uma análise exaustiva de um capital, seja qual for sua natureza, implicaria, portanto, considerar componentes extremamente diversificados, relativos tanto a prestações mais ou menos monetizadas – por exemplo, de ordem sexual ou doméstica (presentes, vantagens adquiridas, “benefícios secundários”, mesadas, pecúlios etc.) – quanto a gigantescas transações internacionais que, sob pretexto de operações

de crédito, investimento, implantações industriais, cooperações etc., não são, de fato, mais do que confrontos econômico-estratégicos. Desse ponto de vista, toda vez que o capital é insistentemente relacionado a um equivalente geral, ou moedas a sistemas de paridade fixos etc., desmascara-se a natureza real dos processos de assujeitamento e de servidão capitalistas, ou seja, o emprego de relações de força sociais e microssociais, de deslocamentos de poder, de avanços e recuos de uma formação social em relação a outra, ou de atitudes coletivas de fuga adiante inflacionistas que visam a conjurar uma perda de terreno, ou ainda de tomadas de poder imperceptíveis, que só se revelarão claramente ao final. Os padrões de referência não têm outro papel senão o de contagem, referenciação relativa, regulamentação transitória. Uma verdadeira quantificação dos poderes só poderia basear-se em modos de semiotização, em conexão direta com formações de poder e agenciamentos produtivos (tanto materiais quanto semióticos), devidamente localizados em coordenadas sociais.

I. TRABALHO MAQUÍNICO E TRABALHO HUMANO

O valor do trabalho posto à venda no mercado capitalista depende de um fator quantitativo – o tempo de trabalho – e de um fator qualitativo – a qualificação média do trabalho. Sob esse segundo aspecto de servidão maquínica,² ele não pode ser circunscrito a um plano individual: primeiro, porque a qualificação de uma *performance* humana é inseparável de um ambiente maquínico particular; segundo, porque sua competência é sempre dependente de uma instância coletiva de formação e socialização. Marx fala, frequentemente, do trabalho como resultante de um “trabalhador coletivo”, mas, para ele, tal entidade é de ordem estatística: “o trabalhador coletivo” é um personagem abstrato resultante de um cálculo feito a partir do “trabalho social médio”. Essa operação lhe permite superar diferenças individuais no cálculo do valor do trabalho, que se encontra, assim, indexado a fatores quantitativos unívocos, tais como o tempo de trabalho necessário a uma produção

e o número de trabalhadores envolvidos. A partir daí, ele pode decompor esse valor em duas partes:

- uma quantidade correspondente ao trabalho necessário para a produção do trabalho;
- uma quantidade constitutiva da mais-valia, que é identificada com a extorsão de um sobretrabalho pelo capitalismo.³

Tal concepção da mais-valia talvez encontre correspondência numa prática contábil do capitalismo, mas certamente não em seu funcionamento real, em particular na indústria moderna. A nosso ver, a noção de “trabalhador coletivo” não deveria ser reduzida a uma abstração. A força de trabalho se apresenta sempre por meio dos agenciamentos de produção concretos, mesclando intimamente as relações sociais aos meios de produção, o trabalho humano ao trabalho da máquina. Assim, o caráter esquemático da composição orgânica do capital, que Marx divide em capital relativo aos meios de produção (capital constante) e capital relativo aos meios de trabalho (capital variável), deveria ser posto em dúvida.

Vamos lembrar que Marx distingue a composição em valor do capital (capital constante, capital variável) de sua composição técnica “em campo”, relativa à massa real dos meios de produção envolvidos na valorização de um capital, e a quantidade objetiva de trabalho socialmente necessário para produzi-los. Passa-se assim, com razão, de um jogo de valor de signo para um jogo de relação de força material e social. O modo de produção capitalista, com os progressos do maquinismo, levaria fatalmente, segundo Marx, a uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante, da qual ele deduz uma lei de baixa tendencial da taxa de lucro, que seria como uma espécie de destino histórico do capitalismo. Mas, no quadro real dos agenciamentos de produção, o modo marxista de cálculo da mais-valia absoluta baseado na quantidade de trabalho social médio – do qual uma parte seria, de certo modo, roubada pelos capitalistas – está longe de ser óbvio. O fator tempo não constitui, de fato, senão mais um parâmetro da

exploração entre outros. Sabe-se, hoje, que a gestão do capital de conhecimento, o grau de participação na organização do trabalho, o espírito “da casa”, a disciplina coletiva etc. também podem adquirir uma importância determinante na produtividade do capital. Quanto a isso, pode-se até mesmo admitir que a ideia de uma média social de rendimento por hora em determinado ramo, enquanto tal, não tem o menor sentido. São as equipes, as oficinas, as fábricas onde aparece, por *x* razões, uma diminuição local da “entropia produtiva” que fazem avançar, que “pilotam”, de certo modo, esse tipo de média num ramo industrial ou num país, ao passo que a resistência coletiva operária, o burocratismo da organização etc., a freiam. Em outras palavras, são agenciamentos complexos – relativos à formação, à inovação, às estruturas internas, às relações sindicais etc. – que delimitam a amplitude das zonas de lucro capitalistas, e não uma simples extração de tempo de trabalho. Aliás, o próprio Marx identificou perfeitamente a defasagem crescente que estava se instituindo entre os componentes maquínicos, os componentes intelectuais e os componentes manuais do trabalho. Nos *Grundrisse*, ele assinalou que o conjunto dos conhecimentos tende a tornar-se “uma potência produtiva imediata”:

à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – cuja poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção.⁴

Ele insistia no caráter absurdo e transitório de uma medida do valor a partir do tempo de trabalho. “Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] dos valores de uso.”⁵

Assinalemos aqui a fragilidade desse último paralelo: com efeito, se hoje parece que o reino absoluto da medida do tempo de trabalho está talvez prestes a desaparecer, o mesmo não ocorre com o do valor de troca! É verdade que, se o capitalismo parece ser capaz de viver

sem o primeiro, é inimaginável que sobreviva a um desaparecimento do segundo, que só poderia ser efeito de transformações sociais revolucionárias. Marx considerava que a eliminação da oposição lazer-trabalho coincidiria com o controle do sobretrabalho pelas massas operárias.⁶ Infelizmente, é perfeitamente concebível que o próprio capitalismo seja levado a flexibilizar cada vez mais a medida de tempo de trabalho e adotar uma política de lazer e formação tanto mais “aberta” quanto mais ele a colonizar (quantos operários, empregados, altos executivos não passam suas noites e fins de semana preparando uma promoção de carreira!). O remanejamento da quantificação do valor a partir do tempo de trabalho não terá sido, como pensava Marx, um apanágio da sociedade sem classes! E, de fato, pelos modos de transporte, pelos modos de vida urbanos, domésticos, conjugais, pelos meios de comunicação, pela indústria do lazer e até dos sonhos... parece que nenhum instante pode escapar ao controle do capital.

Não se paga ao assalariado a duração pura do funcionamento do “trabalho social médio”, mas uma disponibilidade, uma compensação para um *poder* que excede aquele que é exercido durante o tempo de presença na empresa. O que conta aqui é a ocupação de uma função, um jogo de poder entre os trabalhadores e os grupos sociais que controlam os agenciamentos de produção e as formações sociais. O capitalista não extorque um prolongamento de tempo, mas um processo qualitativo complexo. O trabalho aparentemente mais serial, por exemplo, empurrar uma alavanca, vigiar um dispositivo de segurança, supõe sempre a formação prévia de um capital semiótico de componentes múltiplos – conhecimento da língua, dos usos e costumes, das regulamentações, das hierarquias, controle dos processos de abstração progressiva, dos itinerários, das interações próprias aos agenciamentos produtivos... O trabalho não é mais, se é que foi algum dia, um simples ingrediente, uma simples matéria-prima da produção. Dito de outra forma, a parte de servidão maquínica que entra no trabalho humano nunca é quantificável enquanto tal. Em compensação, o assujeitamento subjetivo, a alienação social inerente a um posto de

trabalho ou a qualquer outra função social, o é perfeitamente. É essa, aliás, a função que cabe ao capital. Os dois problemas que concernem, por um lado, ao valor trabalho, ao seu papel na mais-valia e, por outro, à incidência da elevação da produtividade pelo maquinismo sobre a taxa de lucro estão indissolivelmente interligados. O tempo humano é cada vez mais substituído por um *tempo maquínico*. Como diz Marx, não é mais o trabalho humano que se insere no maquinismo: “o ser homem se relaciona com o processo de produção muito mais como supervisor e regulador”.⁷ Parece que o trabalho na linha de produção e as diferentes formas de taylorismo nos ramos mais modernos da economia estão em vias de depender mais dos métodos gerais de assujeitamento social do que de procedimentos de servidão específicos às forças produtivas.⁸ Essa alienação taylorista do tempo de trabalho, essas formas neoarcaicas de assujeitamento ao posto de trabalho permanecem, em princípio, mensuráveis a partir de um equivalente geral. O controle do trabalho social médio ainda pode, teoricamente, encarnar-se num valor de troca dos poderes (seria possível, assim, comparar o tempo formal de alienação de um camponês senegalês ao de um funcionário do Ministério das Finanças ou de um operário da IBM!). Mas o controle real dos tempos maquínicos, da servidão dos órgãos humanos pelos agenciamentos produtivos não poderia mais ser validamente mensurado a partir de um tal equivalente geral. Pode-se medir um tempo de presença, um tempo de alienação, uma duração de encarceramento numa fábrica ou prisão; não se pode medir suas consequências num indivíduo. Pode-se quantificar o trabalho aparente de um físico num laboratório, não o valor produtivo das fórmulas que ele elabora. O valor marxista abstrato sobrecodifica o conjunto do trabalho humano concretamente destinado à produção dos valores de troca. Mas o movimento atual do capitalismo tende a que todos os valores de uso se tornem valores de troca e que todo trabalho produtivo dependa do maquinismo. Os próprios polos da troca passaram para o lado do maquinismo, os computadores dialogam de um continente ao outro e ditam aos executivos as cláusulas das trocas. A produção automatizada e informatizada não extrai mais sua consistência de um fator humano de base, mas de

um filo maquínico que atravessa, contorna, dispersa, miniaturiza, recupera todas as funções, todas as atividades humanas.

Essas transformações não implicam que o novo capitalismo substitua completamente o antigo. O que há é uma coexistência, estratificação e hierarquização de capitalismo de diferentes níveis que põem em jogo:

1. Os *capitalismos segmentários tradicionais*, territorializados nos Estados-nação e que secretam sua unificação a partir de um modo de semiotização monetário e financeiro;⁹
2. Um *capitalismo mundial integrado*, que não mais se apoia exclusivamente no modo de semiotização do capital financeiro e monetário e, sim, mais fundamentalmente, em todo um conjunto de procedimentos de servidão técnico-científicos, macro e microssociais, *mass-media* etc.

A fórmula da mais-valia marxista está essencialmente ligada aos capitalismo segmentários. Ela não consegue explicar o duplo movimento de mundialização e miniaturização que caracteriza a evolução atual. Por exemplo, no caso-limite em que cada ramo da indústria é inteiramente automatizado, não se enxerga onde foi parar essa mais-valia! Atendo-se rigorosamente às equações marxistas, ela deveria desaparecer completamente – o que é um absurdo! Ela deveria ser calculada, então, unicamente em função do trabalho maquínico? Por que não? Poderíamos apresentar uma fórmula segundo a qual uma mais-valia maquínica corresponderia a um sobretrabalho “exigido” da máquina para além de seu custo de manutenção e reposição! Mas certamente não é tentando arranjar dessa maneira a vertente quantitativista do problema que poderemos avançar. Na verdade, em tal caso – mas também em todos os casos intermediários de diminuição muito forte do capital variável em relação ao capital constante – a extração da mais-valia escapa, em grande parte, à empresa, à relação imediata patrão-assalariados, e remete à segunda fórmula do capitalismo integrado.

A dupla equação dada por Marx, fazendo equivaler “o grau real de exploração do trabalho”, a taxa de mais-valia e o tempo de sobretabalho relativo ao capital variável, não pode ser aceita enquanto tal. A exploração capitalista leva a tratar os homens como máquinas, a pagá-los como máquinas, de maneira unicamente quantitativa. Mas a exploração, como já pudemos constatar, não se limita a isso! Os capitalistas extraem muitas outras mais-valias, muitos outros lucros, também eles inscritíveis no padrão do capital. O capitalismo se interessa tanto pelo “social” quanto os explorados! Mas enquanto para ele o maquínico precede o social e deve controlá-lo, para os explorados, ao contrário, o maquínico deveria estar submetido ao social. O que separa essencialmente o homem da máquina é o fato de ele não se deixar explorar passivamente como ela. Pode-se admitir que, nas atuais condições, a exploração concerne, em primeiro lugar, aos agenciamentos maquínicos – visto que o homem e suas faculdades se tornaram parte desses agenciamentos. A partir dessa exploração absoluta, num segundo tempo, as forças sociais entram em luta pela partilha do *produto maquínico*. Tendo se tornado relativo o critério de sobrevivência do trabalhador – como apreciar, efetivamente, o mínimo vital, a parte de valor correspondente ao trabalho necessário à reprodução do trabalho? –, todas as questões de repartição de bens econômicos e sociais tomaram-se, essencialmente, assuntos políticos – desde que se amplie o conceito de política e se integre nele o conjunto das dimensões micropolíticas que envolvem os diversos modos de viver, de sentir, de falar, de projetar o futuro, de memorizar a história...

Depois de constatar que o assujeitamento do trabalhador põe em jogo apenas de maneira acessória o fator quantitativo de “trabalho social médio”, fomos levados a “descolar” a taxa de exploração da taxa da mais-valia marxista. Ao fazer isso, implicitamente a descolamos da taxa de lucro que, em Marx, é seu parente próximo.¹⁰

Uma confirmação dessa distinção nos é fornecida pelo fato – hoje frequente nos ramos subsidiados pelo Estado – de que empresas que “vendem abaixo do preço de custo” produzem lucros consideráveis (apesar da mais-valia teoricamente negativa, segundo a fórmula

marxista, elas geram um lucro positivo). O lucro, hoje, pode depender de fatores externos não somente à empresa, mas também à Nação, por exemplo, uma exploração “a distância” do Terceiro Mundo, por intermédio do mercado internacional de matérias-primas.

Notemos, enfim, que a pretensa lei de baixa tendencial da taxa de lucro não subsistiria num campo político-econômico no qual os mecanismos transnacionais adquiriram uma tal importância que se tornou inconcebível determinar a taxa local de mais-valia que pode ser relacionada com uma taxa de crescimento local do maquinismo correspondente ao capital constante.¹¹ A retomada de zonas de lucros (exemplo: a pseudocrise do petróleo), a criação de novos ramos industriais (exemplo: o nuclear) estão ligadas atualmente, em essência, a estratégias mundiais que levam em consideração fatores cujo número e cuja complexidade Marx não poderia imaginar.

II. A COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL MUNDIAL INTEGRADO

Diferentemente do que pensava Marx, o capital foi capaz de se descolar de uma fórmula que o teria fechado num modo de quantificação cega dos valores de troca¹² – isto é, de tomada de controle do conjunto dos modos de circulação e de produção dos valores de uso. A valorização capitalista ainda não desenvolveu o câncer maquínico que, de baixa tendencial da taxa de lucro em crises de superprodução, deveria tê-la levado ao impasse e, com isso, o capitalismo ao isolamento total. A semiotização do capital se deu um número cada vez maior de meios para estar em condições de detectar, quantificar e manipular as valorizações concretas de poder e, com isso, não só sobreviver, mas também proliferar. Qualquer que seja a aparência que mostre, o capital não é racional. Ele é hegemônico. Ele não harmoniza as formações sociais; acomoda pela força as disparidades socioeconômicas. É uma operação de poder, antes de ser uma operação de lucro. Não se deduz lucro de uma mecânica de base. Ele se impõe de cima. No passado, a partir do que Marx chamava de “o capital social de um país”¹³ e, hoje, a partir de

um capital mundialmente integrado. Ele é sempre constituído a partir de movimentos de desterritorialização de todos os campos da economia, das ciências e técnicas, dos costumes etc. Sua existência semiótica insere-se sistematicamente no conjunto das mutações técnicas e sociais que ele “diagramatiza” e reterritorializa nas formas de poder dominantes. Mesmo na época em que ele parecia centrado unicamente numa extração de lucro monetário, a partir de atividades comerciais, bancárias, industriais, o capital – como expressão das classes capitalistas mais dinâmicas – já conduzia fundamentalmente esse tipo de política de destruição e reestruturação (desterritorialização dos campesinatos tradicionais, constituição de uma classe operária urbana, expropriação das antigas burguesias comerciais e dos antigos artesanatos, liquidação dos “arcaísmos” regionais e nacionalitários, expansionismo colonial etc.).¹⁴

Não basta, portanto, evocar aqui a política do capital. O capital enquanto tal nada mais é do que *o* político, *o* social, *o* técnico-científico, articulados uns aos outros. Essa dimensão diagramática geral aparece cada vez mais claramente com o papel crescente do capitalismo estatal, como trampolim da mundialização do capital. Os Estados-nação manipulam um capital multidimensional: massas monetárias, índices econômicos, quantidades de “alinhamento” dessa ou daquela categoria social, fluxos de inibição para manter as pessoas no seu lugar etc. Assiste-se a uma espécie de coletivização do capitalismo – quer ela esteja ou não circunscrita a um quadro nacional. Mas isso não significa em absoluto que o capital esteja degenerando! Pelo enriquecimento contínuo de seus componentes semióticos,¹⁵ ele toma o controle, para além do trabalho assalariado e dos bens monetarizados, de uma infinidade de *quanta* de poder que antigamente ficava circunscrita à economia local, doméstica e libidinal. Hoje, cada operação particular de tomada de lucro capitalista – em dinheiro e poder social – envolve, de pouco em pouco, o conjunto das formações de poder. As noções de empresa capitalista e posto de trabalho assalariado tornaram-se inseparáveis do conjunto do tecido social, que, por sua vez, encontra-se diretamente produzido e reproduzido sob o controle do capital. A

própria noção de empresa capitalista deveria se estender aos equipamentos coletivos e a de posto de trabalho, à maioria das atividades não assalariadas. De certa maneira, a dona de casa ocupa um posto de trabalho em seu domicílio; a criança ocupa um posto de trabalho na escola; o consumidor, no supermercado; o telespectador, diante da tv... Quando as máquinas na fábrica parecem trabalhar sozinhas, na verdade é o conjunto da sociedade que é adjacente a elas. Seria totalmente arbitrário considerar, hoje, o assalariado de empresa independentemente dos múltiplos sistemas de salários diferidos, de assistência e de custos sociais, afetando de perto ou de longe a reprodução da força coletiva de trabalho, que passam fora do circuito monetário da empresa e são assumidos por múltiplas instituições e equipamentos de poder. Acrescentemos a isso um ponto essencial: não só o capitalismo explora o assalariado além do seu tempo de trabalho, durante o seu tempo de “lazer”, como, além disso, serve-se dele como trampolim para explorar aqueles a que sujeita em sua esfera de ação própria: seus subalternos, seus parentes não assalariados, mulheres, crianças, velhos, assistidos de toda espécie...

Sempre acabamos voltando a esta ideia central: por intermédio do sistema de assalariados, o capitalismo visa, antes de tudo, ao controle do *conjunto da sociedade*! E, de modo recorrente, parece que, em toda e qualquer circunstância, o jogo de valores de troca sempre dependeu das relações sociais e não o inverso. Mecanismos como os da inflação ilustram bem, a esse respeito, a intrusão constante do social no econômico. O que é “normal” é a inflação e não o equilíbrio de preços, pois se trata de um meio de ajustar as relações de poder em evolução permanente (poder de compra, poderes de investimento, poderes de trocas internacionais das diferentes formações sociais). Porque a mais-valia econômica está indissolivelmente vinculada às mais-valias de poder relacionadas ao trabalho, às máquinas e aos espaços sociais, a redefinição do capital como modo geral de capitalização das semióticas de poder (e não como quantidade abstrata, universal) implica, assim, um reexame de sua composição técnica. Esta não mais se apoia em dois dados de

base: o trabalho vivo e o trabalho cristalizado no seio dos meios de produção, mas em pelo menos quatro componentes, quatro agenciamentos irreduzíveis uns aos outros:

1. *As formações de poder capitalistas*, que realizam um capital de manutenção da ordem, garantem a propriedade, as estratificações sociais, a repartição de bens materiais e sociais... (Sendo o valor de um bem, qualquer que seja ele, inseparável da credibilidade dos equipamentos repressivos de direito, de polícia... e também da existência de um certo grau de consenso popular a favor da ordem estabelecida.)
2. *Os agenciamentos maquínicos* relativos às forças produtivas, constitutivas do capital fixo (máquina, fábrica, transporte, reserva de matérias-primas, capital de conhecimentos técnico-científicos, técnicas de servidão maquínicas, instrumentos de formação, laboratórios etc.). Aqui, estamos no campo clássico das forças produtivas.
3. *A força coletiva de trabalho e o conjunto das relações sociais sujeitadas pelo poder capitalista*. Aqui, a força coletiva de trabalho não é mais considerada em sua face de servidão maquínica, mas de alienação social. Ela é assujeitada às burguesias e burocracias e, ao mesmo tempo, é um fator de assujeitamento de outras categorias sociais (mulheres, crianças, imigrantes, minorias sexuais etc.). Estamos aqui no campo das relações de produção e das relações sociais.
4. *A rede de equipamentos, aparelhos de poder estatal e paraestatal e os meios de comunicação*. Essa rede, ramificada tanto na escala microssocial quanto na escala planetária, tornou-se peça essencial do capital. É por intermédio dela que ele extrai e integra as capitalizações setoriais de poder relativas aos três componentes precedentes.

O capital, enquanto operador semiótico do conjunto das formações de poder, desdobra, assim, uma área de inscrição desterritorializada na qual evoluem esses quatro componentes. Mas insistamos no fato

de que não se trata apenas de um palco onde se desenrola *uma representação*, uma espécie de teatro parlamentar onde seriam confrontados os diferentes pontos de vista presentes. Trata-se, também, de uma atividade diretamente *produtiva*, na medida em que o capital toma parte da ordenação dos agenciamentos maquínicos e sociais e de toda uma série de operações prospectivas que lhes dizem respeito. As funções diagramáticas específicas do capital – isto é, inscrições que não sejam exclusivamente representativas, mas também operatórias – “acrescentam” algo de essencial ao que seria um simples acúmulo dos diversos componentes evocados precedentemente. A elevação do nível de abstração semiótica correspondente a esse diagramatismo pode evocar aquilo que Bertrand Russel descrevia em sua teoria dos tipos lógicos, ou seja, que existe uma descontinuidade fundamental entre uma classe e seus membros. Mas estamos na presença, com o capital, de uma descontinuidade que não é apenas de ordem lógica, mas também maquínica, no sentido de que ela não opera unicamente a partir de fluxos de signos, mas também de fluxos materiais e sociais. De fato, a potência desmultiplicadora do diagramatismo próprio ao capital é inseparável do “dinamismo” desterritorializante dos diversos agenciamentos concretos do capitalismo. O que tem como consequência tornar absurdas as perspectivas políticas reformistas fundadas nas contradições intra- e intercapitalistas, ou em sua humanização sob pressão das massas. (Isso consistirá, por exemplo, em querer “jogar” as multinacionais contra o capitalismo nacional ou a Europa germano-americana contra a Europa das pátrias, o liberalismo “ocidental” contra o social-capitalismo da União Soviética, o Norte contra o Sul etc.) O capital se alimenta de suas contradições; tudo isso são desafios funcionando como estímulos de desterritorialização. Uma alternativa revolucionária, se é que ela existe, seguramente não pode se apoiar em bases desse tipo!

III. O CAPITAL E AS FUNÇÕES DE ALIENAÇÃO SUBJETIVAS

O exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais e pelo assujeitamento de todos os instantes da vida de cada indivíduo. Embora sua enunciação seja individuada, nada é menos individual do que a subjetividade capitalista. A sobrecodificação pelo capital das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos acarreta uma equivalência e uma ressonância de todos os modos particularizados de subjetivação. A subjetividade é, por assim dizer, nacionalizada. O conjunto dos valores de desejo é reorganizado numa economia fundada na dependência sistemática dos valores de uso em relação aos valores de troca, a ponto de fazer essa oposição categorial perder todo o sentido. Passear “livremente” numa rua, ou no campo, respirar ar puro, cantar meio alto tornaram-se atividades quantificáveis de um ponto de vista capitalístico. Os espaços verdes, as reservas naturais, a livre circulação têm um custo social e industrial. Em última análise, os sujeitos do capitalismo – no sentido em que se falava dos súditos do rei – só assumem de sua existência a parte que pode ser inscrita no equivalente geral: o capital, segundo a definição ampliada que propomos aqui. A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, numa tradutibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito para que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado.

Para que tal operação de assujeitamento possa cobrir o conjunto do campo social e, ao mesmo tempo, “visar” com precisão suas menores disparidades, ela não poderia se contentar com um controle social exterior. O mercado geral dos valores produzidos pelo capital tomará, portanto, as coisas de dentro e de fora, ao mesmo tempo. Isso se aplicará não apenas aos valores economicamente identificáveis, mas também aos valores mentais, afetivos... Caberá a uma rede multicêntrica de equipamentos coletivos, de aparelhos estatais, paraestatais, midiáticos, operar a junção entre esse exterior e esse interior. Essa tradutibilidade geral dos modos locais de semiotização de poder não depende unicamente dos dispositivos

centrais, mas de “condensadores semióticos” adjacentes ao poder de Estado, ou que lhe são diretamente enfeudados, e dos quais uma das principais funções consiste em fazer com que cada indivíduo assuma os mecanismos de controle, repressão, modelização da ordem dominante.¹⁶

No contexto do capitalismo mundial integrado, pode-se considerar que os poderes centrais dos Estados-nação são, *ao mesmo tempo*, tudo e nada; nada ou quase nada em relação a uma eficiência econômica real; tudo ou quase tudo em relação à modelização e ao controle social. O paradoxo é que, em certa medida, a própria rede dos aparelhos, equipamentos e burocracias de Estado tende a escapar ao poder de Estado. De fato, muitas vezes, é essa rede que manipula e teleguia o Estado: seus verdadeiros interlocutores são os “parceiros sociais”, os grupos de pressão, os *lobbies*. A realidade do Estado tende, assim, a coincidir com as tecnoestruturas estatais e paraestatais que ocupam, por essa razão, um lugar muito ambíguo nas relações de produção e nas relações de classe, porque, de um lado, elas controlam postos reais de direção, contribuem de maneira efetiva para a manutenção da ordem dominante e, de outro, são elas próprias objeto de exploração capitalista, da mesma maneira que os diferentes componentes da classe operária.

Marx considerava o professor primário um trabalhador produtivo, na medida em que preparava os alunos para trabalhar para os patrões.¹⁷ Mas o professor primário, hoje, desmultiplicou-se infinitamente na forma dessa rede capitalística, geradora de formações e de sociabilidade, a ponto de chegarmos a um conglomerado de agenciamentos coletivos que seria totalmente arbitrário pretender decompor em esferas autônomas de produção material, *socius*, modos de semiotização e subjetivação.

A mesma ambiguidade, a mesma ambivalência entre a produção e a repressão que caracteriza as tecnocracias encontra-se nas massas operárias: os trabalhadores estão se “trabalhando” enquanto trabalham na produção de bens de consumo. De qualquer jeito, todos participam da produção de controle e repressão. De fato, como vimos, num mesmo dia, um mesmo indivíduo muda

constantemente de papel: explorado na oficina ou no escritório, toma-se explorador na família, no casamento etc. Em todos os níveis do *socius*, encontramos uma mistura inextrincável de vetores de alienação. Por exemplo, os trabalhadores e os sindicatos de tal setor de ponta defenderão ardentemente o lugar de sua indústria na economia nacional, e isso apesar de suas “consequências” no campo da poluição, ou apesar de equiparem aviões de caça que servirão para metralhar as populações africanas... As fronteiras de classe, as “frentes de luta” tornaram-se vagas; mas será que desapareceram? Não. Mas elas se desmultiplicaram infinitamente e, mesmo quando surgem confrontos diretos, estes adquirem, na maioria das vezes, um “caráter exemplar”, sendo um de seus principais objetivos conseguir entrar violentamente em choque com os meios de comunicação, que, em troca, os manipulam e os revertem a seu favor.

Na base dos mecanismos de modelização da força de trabalho, em todos os níveis da interpenetração entre ideologias e afetos, encontramos essa rede maquina tentacular dos equipamentos capitalísticos. Sublinho que não se trata em absoluto de uma rede de aparelhos ideológicos, mas de uma megamáquina composta de uma multidão de elementos esparsos que concerne não somente aos trabalhadores, mas “põe para produzir”, permanentemente e em todos os lugares, mulheres, crianças, velhos, marginais etc. Hoje, por exemplo, desde o nascimento, por intermédio da família, da televisão, da creche, dos serviços sociais, uma criança é “posta para trabalhar” e entra num complexo processo de formação ao término do qual seus diversos modos de semiotização deverão estar adaptados às funções produtivas e sociais que a esperam.

Sabe-se da importância que a avaliação da manutenção industrial tem hoje na gestão das empresas. Será que podemos nos contentar em dizer que o Estado assumiu uma espécie de “manutenção social” generalizada? Seria, a nosso ver, totalmente insuficiente! Tanto nos regimes do Leste como os do Oeste, o Estado está diretamente ligado aos componentes essenciais do capital – da mesma forma, podemos nos permitir falar, nesses dois casos, de capitalismo de Estado, com

a condição, no entanto, de modificar simultaneamente a definição da composição orgânica do capital e a do Estado. Aquilo que chamo de rede de equipamentos do capital (no seio dos quais convém incluir, até certo ponto, os meios de comunicação, os sindicatos, as associações etc.) tem por *função tornar homogêneos o capital*, funcionando *stricto sensu* a partir dos valores de troca, e o capital social, a partir dos valores de poder. Ele gere tanto as atitudes coletivas, os padrões de conduta, as referências de qualquer espécie compatíveis com o bom andamento do sistema, quanto os meios de intervenção regulamentares e financeiros para repartir as massas de poder de compra e de investimento entre os diferentes setores sociais e industriais, ou, ainda, para financiar os grandes complexos militar-industriais que lhe servem, por assim dizer, de coluna vertebral em escala internacional.

É essencial não remeter cada um desses campos a categorias estanques. Em última análise, trata-se, cada vez, do mesmo capital manipulado pelas formações sociais dominantes: o capital de conhecimento, o capital de adaptação e submissão da força de trabalho ao ambiente produtivo e, mais geralmente, do conjunto das populações ao ambiente urbano e rural urbanizado, o capital de introjeção inconsciente dos modelos do sistema, o capital de força repressiva e militar... Todos esses modos de semiotização do poder participam de pleno direito da composição orgânica do capital contemporâneo.

Assim, o desenvolvimento de um mercado geral dos valores capitalísticos, a proliferação da rede multicentrada dos equipamentos capitalistas e dos equipamentos estatais que são o seu suporte, longe de entrarem em contradição com a existência dos poderes centrados nos Estados-nação – e que em geral tendem a se reforçar –, são, ao contrário, complementares a esses poderes. Efetivamente, o que é capitalizado é muito mais um poder pela *imagem do poder* do que uma verdadeira potência nos campos da produção e da economia. Pelas mais diversas vias, o Estado e suas inúmeras ramificações tentam recriar um mínimo de pontos de referência e territorialidades sobressalentes, a fim de permitir às

massas reorganizar mais ou menos artificialmente sua vida cotidiana e suas relações sociais. Os verdadeiros postos de decisão, em compensação, estão em outra parte; eles atravessam ou contornam os modos de territorialização antigos e novos e dependem cada vez mais do sistema das redes capitalísticas integradas em escala mundial.¹⁸

Os espaços do capitalismo contemporâneo não mais aderem aos torrões natais, às castas, às tradições étnicas, religiosas, corporativas “pré-capitalistas”, e, cada vez menos, às metrópoles, às cidades industriais, às relações de classe e às burocracias do capitalismo segmentário da era dos Estados-nação. Eles são confeccionados em escala planetária, tanto quanto em escala microssocial e microfísica. Mesmo o sentimento de “fazer parte de alguma coisa” parece resultar de uma espécie de produção em cadeia, da mesma forma que “o esquema de vida”. Compreende-se melhor, nessas condições, que o poder de Estado não possa mais se contentar em pavonear-se no alto da pirâmide social, legislar à distância do povo, e que seja obrigado a intervir permanentemente na modelagem e na recomposição do tecido social, retomar e revisar constantemente suas “fórmulas” de hierarquização, de segregação, de prescrição funcional, de qualificação específica. O capitalismo mundial está engajado numa incontável e vertiginosa fuga adiante. Ele tem de lançar mão de todos os meios e não pode mais se dar ao luxo de respeitar as tradições nacionais, os textos legislativos ou a independência, mesmo que formal, de corpos constituídos como os da magistratura, que limitariam fosse como fosse sua liberdade de manobra.

IV. O CAPITAL E AS FUNÇÕES DE SERVIDÃO MAQUÍNICAS

Aos sistemas tradicionais de coerção diretos, o poder capitalista não para de acrescentar dispositivos de controle que requerem, se não a cumplicidade de cada indivíduo, pelo menos seu consentimento passivo. Mas tal ampliação de seus meios de ação somente é possível se estes tiverem condições de incidir sobre as próprias molas da vida

e da atividade humana. A miniaturização dos meios incide aqui bem aquém dos maquinismos técnicos. É no funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos etc. que se engasta a maquinaria capitalística, cuja parte desterritorializada “invisível” é, sem dúvida, a mais implacavelmente eficaz. Não podemos aceitar as explicações teóricas do assujeitamento das massas a partir de uma engabelação ideológica qualquer ou paixão coletiva masoquista. O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro. Sua alienação por meio de imagens e ideias é apenas um dos aspectos de um sistema geral de servidão de seus meios fundamentais de semiotização, tanto individuais quanto coletivos. Os indivíduos são “equipados” de modos de percepção ou normalização de desejo, da mesma forma que as fábricas, as escolas, os territórios. A ampliação da divisão do trabalho na escala do planeta implica, por parte do capitalismo mundial, não só uma tentativa de integração de todas as categorias sociais às forças produtivas, mas, ainda por cima, uma recomposição permanente, uma reinvenção dessa força coletiva de trabalho. Idealmente, o capital gostaria de não ter mais de lidar com indivíduos cheios de paixões, capazes de ambiguidades, hesitações, rejeições, assim como entusiasmos, mas exclusivamente com robôs humanos. Ele gostaria de saber apenas de dois tipos de categorias de explorados: as relativas aos assalariados e as relativas à assistência. Seu objetivo é apagar, neutralizar, senão suprimir, todas as categorizações sociais fundadas em outra coisa que não seja sua axiomática de poder e seus imperativos tecnológicos. Quando, no fim da linha, ele “encontra” homens, mulheres, crianças, velhos, ricos, pobres, trabalhadores manuais, intelectuais etc., procura recriá-los por ele mesmo, redefini-los em função de seus próprios critérios.

Mas, precisamente em razão de ele intervir no nível mais funcional – sensitivo, afetivo, prático –, a servidão maquínica capitalista é suscetível de inverter seus efeitos e conduzir à revelação de um novo tipo de mais-valia maquínica perfeitamente percebido por Marx. (Desmultiplicação do possível da raça humana, renovação constante do horizonte de seus desejos e de sua criatividade.)¹⁹ O

capitalismo pretende apoderar-se das cargas de desejo que a espécie humana traz em si. É por intermédio da servidão maquínica que ele se instala no coração dos indivíduos. É incontestável, por exemplo, que a integração social e política das elites operárias e do pessoal de direção não seja exclusivamente baseada num interesse material, mas também em seu apego por vezes muito profundo à profissão, à tecnologia, às máquinas... De modo mais geral, é claro que o meio ambiente maquínico secretado pelo capitalismo está longe de deixar indiferentes as grandes massas da população e isso não se deve somente às seduções da publicidade, à interiorização, pelos indivíduos, dos objetos, dos ideais da sociedade de consumo. Parece que algo da máquina participa “para valer” da essência do desejo humano. Toda questão está em saber qual máquina e para quê.

A servidão maquínica não coincide com o assujeitamento social. Enquanto o assujeitamento envolve pessoas globais, representações subjetivas facilmente manipuláveis, a servidão maquínica agencia elementos infrapessoais, infrassociais, em razão de uma economia molecular de desejo, muito mais difícil de “segurar” no seio das relações sociais estratificadas.²⁰ Conseguindo assim colocar diretamente no trabalho funções perceptivas, afetos, comportamentos inconscientes, o capitalismo toma posse de uma força de trabalho e de desejo que ultrapassa consideravelmente a das classes operárias no sentido sociológico. Nessas condições, as relações de classe tendem a evoluir diferentemente. Elas são menos bipolarizadas, tendem cada vez mais a engajar estratégias complexas. O destino da classe operária francesa, por exemplo, não depende mais unicamente de seus patrões, mas, de um lado, do Estado, da Europa, do Terceiro Mundo, das multinacionais e, de outro, dos trabalhadores imigrantes, do trabalho feminino, do trabalho precário, temporário, das lutas regionalistas etc.

A própria burguesia mudou de natureza. Ela não está mais vigorosamente comprometida, ao menos sua parte mais modernista, com a defesa da posse pessoal dos meios de produção – seja individualmente, seja coletivamente. O problema, hoje, é controlar coletiva e globalmente a rede de base dos equipamentos sociais. É

disso que ela tira todos os seus poderes, não só monetários, mas também sociais, libidinais, culturais etc. É desse terreno que ela pretende não se deixar expropriar. E, quanto a isso, temos de reconhecer que ela demonstrou uma capacidade surpreendente de adaptação, renovação e regeneração, particularmente nos regimes do socialismo capitalista do Leste. Enquanto perde terreno do lado do capitalismo privado, ela não para de ganhar do lado do capitalismo de Estado, do lado dos equipamentos coletivos, dos meios de comunicação etc. Não só incorpora novas camadas de burocratas de Estado e aparelhos, tecnocratas, supervisores de produção e professores, como também, em diferentes graus, consegue contaminar o resto da população.

Que limites encontrarão, então, as classes capitalísticas em seu empreendimento de transformação generalizada de todas as atividades humanas em um equivalente unicamente negociável a partir de suas redes semióticas? Até que ponto uma luta de classe revolucionária é ainda concebível em tal sistema de contaminação generalizada? Sem dúvida esses limites não devem ser buscados onde os movimentos revolucionários tradicionais os perseguem há tanto tempo! A revolução não acontece unicamente no nível do discurso político manifesto, mas também num plano muito mais molecular, nas mutações de desejo e nas mutações técnico-científicas, artísticas etc. Em sua vertiginosa fuga adiante, o capitalismo enveredou no caminho de um controle sistemático de todos os indivíduos do planeta. Sem dúvida ele chegou hoje – com a integração da China – ao ápice de sua potência, mas, talvez, também a um ponto extremo de fragilidade! Ele desenvolveu um tal sistema de dependência generalizada que a menor complicação em seu funcionamento acabará acarretando, talvez, efeitos sobre os quais ele perderá o controle.